

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA****Gabinete do Conselheiro Substituto Cleber Muniz Gavi**

PROCESSO: @PAP 22/80025323

UNIDADE: Prefeitura Municipal de Curitibaanos

RESPONSÁVEL: Kleberson Luciano Lima

INTERESSADOS: Caio Henrique Hyppolito Galvani, Prefeitura Municipal de Curitibaanos

ASSUNTO: Questionário PAP - Possíveis irregularidades no edital de Pregão Eletrônico n. 52/2022, destinado à contratação de empresa especializada para prestar serviços de administração e gestão de sistema, operados através de cartões magnéticos, com fornecimento dos cartões.

DECISÃO SINGULAR

Tratam os autos de procedimento apuratório preliminar instaurado a partir das informações apresentadas pela empresa BF Instituição de Pagamento Ltda., com pedido de medida cautelar, protocoladas em 20.4.2022, por meio das quais comunica suposta irregularidade no edital de Pregão Eletrônico n. 52/2022, lançado pela Prefeitura Municipal de Curitibaanos.

O certame tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de administração e gestão de sistema, operados através de cartões magnéticos, no valor estimado de R\$ 3.300.000,00 e com abertura prevista para o dia 26.4.2022.

A representante (fls. 5-25) questiona o regramento previsto no item 4.8.2, alínea “d”, do edital, que veda a apresentação da taxa de desconto com percentual negativo, sob o argumento de que a Medida Provisória n. 1.108/2022 e o Decreto federal n. 10.854/2021 não têm aplicabilidade no âmbito da Administração Pública.

Após analisar as peças iniciais, a Diretoria de Controle de Licitações e Contratações – DLC elaborou o Relatório n. 332/2022 (fls. 74-86), no qual o auditor

@PAP 22/80025323 - MA

subscritor sugeriu determinar o arquivamento dos autos, por não preencher os requisitos da seletividade. Alternativamente, opinou por determinar a conversão do procedimento apuratório preliminar em processo de representação, deferir a medida cautelar para sustação do edital no estágio em que se encontrar, bem como a realização de audiência dos responsáveis, em face da vedação da apresentação de taxa de administração negativa.

A coordenadora da DLC, por seu turno, ponderou as conclusões do auditor apenas no sentido de postergar o efeito da cautelar para a fase de homologação.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório.

Decido.

Examinados os critérios de seletividade estabelecidos pela Resolução n. TC 165/2020 e pela Portaria n. TC 156/2021, a DLC concluiu que o feito atingiu a pontuação mínima de 50 pontos referente ao índice RROMa (Relevância, Risco, Oportunidade e Materialidade), mas não alcançou a pontuação mínima de 48 pontos na Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência), aptos a justificar a atuação imediata do Tribunal de Contas.

Segundo a Diretoria, embora reconheça que a condição prevista no edital viola a legislação vigente e não se coaduna com o entendimento jurisprudencial, o fato não revela gravidade (nota 1) sob o ponto de vista de riscos significativos ao erário e à execução dos serviços, não se mostra urgente (nota 1), apesar de o procedimento licitatório estar em andamento, tampouco tende a piorar ou melhorar (nota 1), considerando a ausência de efeitos danosos ao Município. Assim, nos termos do art. 6º, § 1º, da Resolução n. TC 156/2021, a multiplicação da pontuação atribuída a cada critério (1 x 1 x 1) resultou no total de 1 ponto na matriz GUT.

Em que pese a DLC tenha considerado não atingida a pontuação mínima na matriz GUT para prosseguimento de análise do feito, cabe registrar que o relator, por meio de decisão fundamentada, poderá dar continuidade na atividade fiscalizatória com a conversão do PAP em processo de representação, conforme disposto no § 2º do art. 9º da Resolução n. TC 165/2020.

No caso concreto, não é possível afirmar com segurança que a gravidade da irregularidade em questão seja irrelevante ou inexistente. Dado que a contratação de empresa para a prestação dos serviços em questão possui o valor estimado de R\$ 3.300.000,00, pode-se vislumbrar algum impacto financeiro no ente municipal e, conseqüentemente, potencial de prejuízo, o que não afastaria eventual comprometimento da prestação dos serviços.

Mas o que sobreleva no caso é tratar-se a matéria denunciada de questão já sedimentada nesta Corte de Contas, já tendo sido considerada indevida a restrição inserida no edital impugnado, inclusive em ocasião mais recente com a conversão de PAP em representação (autos @PAP 22/80009204, da Prefeitura Municipal de Barra Velha, da relatoria deste signatário). Este fato justifica a conversão em representação como forma de contribuir para consolidar o entendimento firmado e evitar a continuidade de práticas dessa natureza em diversos municípios do Estado.

Quanto à análise de admissibilidade, verifico que estão presentes os requisitos previstos nos arts. 65 e 66 da Lei Complementar estadual n. 202/2000, necessários ao conhecimento da presente representação.

No que se refere à suspensão cautelar do certame, necessário salientar que os requisitos exigidos para a concessão da tutela cautelar são o *periculum in mora*, traduzido na situação de perigo de que a demora na decisão cause um dano grave ou de difícil reparação ao bem jurídico tutelado, e o *fumus boni iuris*, que nada mais é do que a verossimilhança do direito alegado, sendo necessário o preenchimento de ambos.

Analisando os fundamentos, concluo pela verossimilhança das razões apresentadas pela DLC e pela presença do *periculum in mora*, aptos a sustentar a concessão de cautelar para determinar a suspensão do Pregão Eletrônico n. 52/2022, lançado pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

Atestou o corpo instrutivo a presença do *fumus boni iuris* consistente na **vedação da apresentação de taxa de administração negativa, prevista no item 4.8.2, alínea “d”, do edital, em desacordo com o art. 40, inciso X, da Lei federal n. 8.666/1993**, inclusive citando o entendimento firmado por esta Corte de Contas em processos similares.

De fato, a matéria não é novidade neste Tribunal. Como bem observou a DLC, podem ser citados os processos @PAP 22/80009557 (Rel. Cons. Luiz Roberto Herbst), @PAP 22/80010482 e @PAP 22/80009204 (deste relator). Acrescento, ainda, os autos @REP 19/00058151 (Rel. Cons. Gerson dos Santos Sicca), @REP 19/00021401 (Rel. Cons. Wilson Rogério Wan-Dall), @REP 19/00038126 (Rel. Cons. Herneus De Nadal), @REP 19/00635566 (Rel. Cons. José Nei Ascari) e @REP 19/01001501 (Rel. Cons. César Filomeno Fontes), nos quais a proibição de apresentação de taxa de administração negativa foi considerada irregular.

Ademais, como pontuado no processo @REP 19/00381017, de relatoria deste signatário, tendo em vista a ampla concorrência presente no mercado, é comum que os competidores, ao invés de cobrarem para executar o serviço, ofereçam descontos ao ente público diante das vantagens econômicas indiretas decorrentes da celebração do contrato.

Assim, cabe reconhecer a plausabilidade nas alegações da representante.

Subiste também o *periculum in mora*, visto que a demora no provimento desta Corte de Contas pode ocasionar, em princípio, contratação prejudicial à Administração Pública, reclamando a adoção de medida para sustar o procedimento licitatório no estado em que se encontra, diante dos termos consignados, dada a existência ou a possibilidade de ocorrer um dano ao direito de obter uma tutela eficaz editada pela Corte de Contas.

Ante o exposto, decido:

1. Converter o Procedimento Apuratório Preliminar – PAP em processo de representação, nos termos do art. 10, inciso I, da Resolução n. TC 165/2020.

2. Conhecer da representação formulada nos termos do art. 66 da Lei Complementar estadual n. 202/2000 c/c o art. 113, § 1º, da Lei federal n. 8.666/1993.

3. Considerando o disposto no art. 29 da Instrução Normativa n. TC 21/2015 e o preenchimento dos requisitos *periculum in mora* e *fumus boni juris*, **determinar, cautelarmente, a sustação (na fase em que se encontra) do edital de Pregão Eletrônico n. 52/2022 (aberto em 26.4.2022), lançado pela Prefeitura Municipal de Curitiba**, para contratação de empresa especializada para

prestação de serviços de administração e gestão de sistema, operados através de cartões magnéticos, no valor estimado de R\$ 3.300.000,00, até manifestação ulterior que revogue a medida *ex officio* ou até deliberação do Tribunal Pleno, visando a assegurar a eficácia de decisão de mérito deste Tribunal.

4. Dar ciência imediata desta decisão ao Prefeito Municipal de Curitiba, para que tome as necessárias providências no âmbito administrativo **para a referida suspensão, comprovando-as a este Tribunal no prazo de 5 (cinco) dias**, com o alerta de que o não cumprimento desta determinação implicará na cominação das sanções previstas na Lei Orgânica e no Regimento Interno deste Tribunal de Contas (art. 32 da Instrução Normativa n. TC 21/2015).

5. Determinar que seja realizada a audiência nos termos do item 3.4 do Relatório DLC n. 332/2022, bem como sejam adotadas todas as providências, inclusive auditoria, inspeção ou diligências que se fizerem necessárias perante a unidade, objetivando a apuração do fato apontado como irregular.

À Secretaria Geral para que proceda a ciência desta decisão à representante, para audiência do responsável e para cumprimento ao disposto no art. 36, § 3º, da Resolução TC n. 9/2002 e no art. 114-A, § 1º e § 6º, do Regimento Interno.

Gabinete, em 3 de maio de 2022.

Cleber Muniz Gavi
Conselheiro Substituto
Relator